

1. Requisitos para candidaturas dos conselheiros.

Para se candidatar ao cargo de conselheiro de administração e/ou fiscal da Sicoob Credip o interessado deverá atender aos requisitos apresentados em seguida:

I. Atender às condições básicas para ser eleito e para poder exercer cargo de conselheiro de administração e fiscal, conforme segue:

- a) ser associado da cooperativa;
- b) não ter parentesco com integrantes do Conselho de Administração, Conselho Fiscal ou Diretoria Executiva, consanguíneo ou por afinidade, até 2º (segundo grau), em linha reta ou colateral;
- c) não exercer, simultaneamente, cargo de administrador em empresa que, por suas atividades, seja tida como concorrente do cooperativismo ou de entidades de cujo capital os associados participem;
- d) não ser empregado da cooperativa;
- e) não ser cônjuge, manter união estável ou homoafetiva com membros do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria executiva;
- f) possuir reputação ilibada;
- g) atender aos demais requisitos decorrentes de lei, do estatuto e de demais normas oficiais;
- h) preencher, nos casos de conselheiros que venham a ocupar funções executivas na entidade, o perfil técnico-profissional exigido para os postos, especialmente os requeridos para cumprimento dos objetivos estatutários da cooperativa Singular, Central e da Confederação;
- i) Não prestar serviço de consultoria ou assistência técnica para acesso ao crédito.

II. Não possuir restrições cadastrais, principalmente quanto a:

- a) contumaz emissão de cheques sem fundos;
- b) responsabilidade por crédito classificado em prejuízo;
- c) não se ter valido de sucessivas recomposições de dívidas.

III. Ter disponibilidade de tempo para o cumprimento das incumbências estatutárias e regimentais.

IV. Ter participado de treinamento ou de programa de preparação de dirigentes, ou apresentar experiência comprovada.

2. Inelegibilidade para o cargo de conselheiro.

São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei:

I. os condenados a pena criminal que vede, ainda que, temporariamente, o acesso a cargos públicos;

II. os condenados por crime de ordem falimentar, de prevaricação, de

corrupção – ativa ou passiva –; de concussão, de peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade;

III. os dirigentes de cooperativas de crédito que não tiveram as prestações de contas aprovadas pela Assembleia Geral;

IV. o candidato que, até o dia 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao da eleição, pertença ao quadro funcional da Cooperativa;

V. o candidato que estiver ocupando cargo público de representação popular.

3. Capacitações mínimas exigidas para o candidato.

O cooperado poderá concorrer ao mandato de membro do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Cooperativa, desde que tenha participado de curso de cooperativismo e formação técnica, para o cargo pretendido, de acordo com cursos ministrados por alguma entidade pertencente ao Sicoob, ou outra competente e atendam a, pelo menos, mais um dos seguintes critérios de capacitação técnica:

I. formação técnica de nível médio;

II. experiência comprovada na gestão de cooperativas de crédito;

III. experiência comprovada em gestão ou trabalhos em instituições financeiras